

# Empresas

**Contabilidade** Adoção de normas internacionais aumentou debate sobre métodos e critérios contábeis

# Investidores terão que se acostumar com republicações

**Fernando Torres**  
De São Paulo

A figura equilibrada do balanço patrimonial, que se manifesta por meio da igualdade obrigatória entre a soma de ativos de um lado e passivos a patrimônio do outro, cria a ilusão para muitos de que a contabilidade é uma ciência exata. Mas ela nunca foi. E está ainda mais longe de vir a ser.

Agora que o Brasil adotou as normas internacionais de contabilidade, os agentes de mercado que lidam com demonstrações financeiras terão que se acostumar com o aumento da frequência de discussões sobre práticas e critérios contábeis — e também com representações de balanços. “Ninguém mais tem a palavra final”, afirma Sergio Romani, sócio-líder de auditoria da Ernst & Young Terco.

Isso ocorre tanto porque o arcabouço regulatório é uma novidade para todos, que ainda estão se adaptando aos conceitos, mas também pelo fato de o IFRS ser baseado em princípios, e não em regras específicas e detalhadas.

Seja pelo pouco tempo de prática, ou mesmo por questões culturais, contadores e auditores brasileiros ainda estão dando os primeiros passos na arte de fazer julgamentos sobre métodos contábeis.

Essa possibilidade de interpretações e conclusões diferentes sobre eventos econômicos semelhantes torna mais difícil a vida de preparadores, auditores, investidores e reguladores.

Não por acaso, estão mais comuns os casos de reapresentação de balanços, de ajustes prospectivos relevantes por mudanças de estimativas e de reclassificação retroativa de contas, no momento em que a empresa apresenta números de um novo exercício.

A lista de empresas de capital aberto que tiveram que fazer alterações nos balanços nos últimos anos é grande. Por erros em estimativas, diversas empresas do setor imobiliário tiveram que ajustar seus balanços, com destaque para Gafisa, PDG e Brookfield. Em outros tantos casos, o motivo teve relação com a interpretação e aplicação dos princípios do IFRS, como ocorreu com BrasilAgro, Energisa, Inepar, Lojas Americanas, Marfrig, Minerva, Rossi, Sabesp e Telebras, para citar alguns casos.

As reapresentações podem ocorrer tanto de forma espontânea como por determinação da Comissão de Valores Mobiliários (ver quadro nesta página).

As estimativas, imprecisas por natureza, sempre fizeram parte da contabilidade, como na provi-

são para perdas com inadimplência ou na constituição de reservas contra eventuais derrotas em processos judiciais. Segundo o Aulete, uma estimativa é uma “avaliação prospectiva de algo, que se faz com base nos dados disponíveis no presente”.

Assim, os dados que as empresas apresentam na demonstração de resultados não podem ser confundidos com a realidade perfeita e objetiva das coisas. Eles são apenas uma aproximação. A melhor possível, na visão da companhia.

Nem mesmo o auditor externo, contratado para dar um parecer sobre o balanço, assegura que as informações ali divulgadas são 100% reais e verdadeiras. Eles dizem, no máximo, que a empresa seguiu as regras contábeis e que os dados “representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial da empresa” naquela data. E sempre confiando na boa fé dos administradores da empresa, esses sim responsáveis pelas informações apresentadas.

Investidores podem se sentir desconfortáveis com essa aparente falta de segurança. Mas é assim que as coisas funcionam hoje em todos os mercados desenvolvidos.

Numa adaptação do velho ditado, se não é perfeito com os auditores, seria muito pior sem eles.

Mas se sempre houve espaço para discussões sobre práticas contábeis, é inegável que as dúvidas aumentaram desde que o Brasil adotou, em 2010, o padrão contábil IFRS, usado em mais de cem países pelo mundo, incluindo todos da União Europeia.

Alguns críticos do IFRS dizem que esse é um dos pontos fracos deste padrão contábil, na medida em que ele abre espaço para que uma mesma regra seja interpretada de forma diferente em países distintos ou mesmo entre empresas do mesmo setor, no mesmo país.

Essa difusão de práticas consuetudinárias como um dos alertas no extenso relatório preparado pela Securities and Exchange Commission (SEC), elaborado dentro do processo de decisão do órgão regulador americano sobre a adoção ou não do IFRS nos Estados Unidos, que ainda está pendente de uma definição.

Mesmo para os defensores do IFRS, essa diversidade na aplicação das regras será resolvida apenas em parte. Algumas interpretações divergentes devem desaparecer com o tempo, conforme as empresas se acostumem com as regras e o mercado crie referências de melhores práticas para seguir.

Outro conjunto de diferenças seria permanente, e se justificaria exatamente pelas peculiaridades de uma empresa, ou da vi-

## Ajuste nas contas

Casos recentes de reapresentações ou ajustes nos balanços

Empresa	Motivo	Tipo de correção	Exercício	Quem determinou
Baesa	Contratos de concessão	Reapresentação	2011	CVM
Brasil Telecom	Provisão para contingências	Ajuste no período	2008	Empresa ou auditor
BrasilAgro	Pagamento baseado em ações	Reapresentação	2009 a 2011	Empresa ou auditor
Brookfield	Ajuste de orçamento	Ajuste no período	2012	Empresa ou auditor
Cedae	Crédito tributário, perdas atuariais e outros	Reapresentação	2009 a 2011	Empresa ou auditor
CEEE-D e CEEE-GT*	Mudança de estimativa x erro	Reapresentação	2011	CVM
Embraer	Cálculo de IR e CSLL	Reapresentação	2012	Empresa ou auditor
Energisa	Instrumento híbrido de capital e dívida	Reapresentação	2011	CVM
Gafisa	Ajuste de orçamento e outros	Reapresentação	2010	Empresa ou auditor
Inepar	Ativo contingente e outros	Reapresentação	2010	CVM
Lojas Americanas	Contabilidade de hedge	Reapresentação	2008	Empresa ou auditor
Lupatech	Alocação do ágio de aquisição	Reclassificação retrospectiva	2010	Empresa ou auditor
Marfrig	Instrumento híbrido de capital e dívida	Reapresentação	2012	CVM
Minerva	Reclassificação de ativo fiscal	Reapresentação	2010	Empresa ou auditor
PDG	Ajuste de orçamento	Ajuste no período	2011 e 2012	Empresa ou auditor
Rossi	Reconhecimento de receita e outros	Reapresentação	2009 a 2012	Empresa ou auditor
Sabesp	Ativo contingente	Reapresentação	2008	Empresa ou auditor
Telebras	Instrumento híbrido de capital e dívida	Reapresentação	2011	CVM
Via Varejo	Ativo e passivo fiscal e contingência	Reclassificação retrospectiva	2010	Empresa ou auditor

Fonte: Empresas e CVM. \* Com recurso na CVM

são da administração sobre o modelo de negócios.

No comentário que fez para o anuário feito pela Fipecafi e pela Ernst & Young sobre o segundo ano do IFRS no Brasil, o professor de contabilidade Eliseu Martins diz que o padrão internacional é “mais informativo”, por convergir mais com o resultado econômico das empresas. Como cada companhia funciona de uma forma, ele diz que “uma das consequências desse tipo de mudança é o surgimento de diferenças entre métodos de mensuração adotados por parte das empresas”.

Com base nos dados do documento, de 328 páginas analisando a aplicação de cada norma contábil, ele cita diferenças nos métodos e taxas de depreciação e também no critério para registro de ganhos e perdas atuariais.

Richard Sexton, sócio líder global de auditoria da PwC, admite que um dos grandes desafios que a contabilidade é enfrentar a obsolescência do mercado por um único número, que é o lucro por ação.

Para ele, entretanto, é perfeitamente razoável que contadores cheguem diferentes pontos dentro

de um intervalo aceitável. “O que não significa que um está errado e outro certo”, afirma, destacando, entretanto, que é preciso que haja transparência sobre o que foi feito.

Até mesmo por considerar que existe esse intervalo, Sexton fala com cautela em relação às reapresentações de balanços. “A republicação pode ser positiva para se corrigir um erro. Mas [em número excessivo] também podem reduzir a confiança do mercado”, afirma.

Ele cita os casos dos ganhos e perdas atuariais com fundos de pensão, cujos cálculos dependem de inúmeras premissas assumidas pela administração. Para Sexton, não adianta querer exagerar na precisão dos cálculos, porque isso não seria útil para ninguém.

Como já disse uma vez o professor Martins, o IFRS permite que a empresa mostre sua cara.

Segundo Ana María Elorrieta, ex-presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e sócia da PwC, isso exigirá também do público leitor. “O investidor tem que ser mais sofisticado para usar a informação na tomada de decisão”.

# Variação de dívida pode ficar no patrimônio

De São Paulo

O Iasb, órgão responsável pela emissão das normas contábeis internacionais IFRS, confirmou ontem sua decisão de voltar atrás e manter a possibilidade de que variações no valor justo de instrumentos financeiros, em determinados casos e somente de títulos de dívida, possam ser registradas contra o patrimônio da entidade, e não na conta de resultados.

O Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade divulgou ontem uma proposta de ajustes no pronunciamento IFRS 9, de classificação e mensuração de instrumentos financeiros, que ainda não está em vigor no Brasil.

Apesar de essa ser uma regra recente, emitida depois da crise de 2008, o Iasb decidiu fazer a mudança para contemplar o interesse das empresas de seguros e também para aproximar a norma daquela usada nos Estados Unidos, conforme o US Gaap.

Na versão original do IFRS 9, o registro de instrumentos financeiros poderia ser feito tanto pelo custo amortizado como pelo valor justo, a depender do modelo de negócios da empresa. Se ela carrega os instrumentos para receber juros e principal ao fim do período, deve usar o custo. Caso o interesse seja negociar os ativos no mercado, o registro é pelo valor justo. Em ambos os casos, entretanto, as variações seriam registradas sempre na conta de lucros e prejuízos.

Com a mudança proposta, uma entidade poderá dizer que tem um modelo de negócios misto. Nesse caso, ela passará a ter a opção de registrar as variações do valor justo dos títulos de dívida na conta “outros resultados abrangentes”, dentro do patrimônio líquido.

O modelo atual, usado no Brasil, do IAS 39, segue uma lógica diferente, que não é a do modelo de negócios, mas que também prevê que em alguns casos a variação do valor justo de instrumentos financeiros seja registrada contra o patrimônio, e não no resultado.

Isso ocorre apenas quando os instrumentos estão dentro da categoria “disponíveis para venda” e vale tanto para títulos de dívida como para ações — o que não será permitido no IFRS 9.

O Iasb também disse que vai permitir adoção antecipada de uma parte do IFRS 9, sobre registro do valor justo da própria dívida.

Pela contabilidade atual usada tanto nos EUA como na Europa e no Brasil, a empresa registra lucro quando sua própria qualidade de crédito piora. Como os preços dos títulos no mercado secundário diminuem, a dívida da empresa fica menor, e isso é registrado como um ganho na conta de resultados.

No IFRS 9, que ainda não tem adoção obrigatória, já existe a previsão de que essa variação do passivo seja registrada no patrimônio e não no resultado.

Minuta de ajuste ao IFRS 9 divulgada pelo Iasb permite que as empresas adotem antecipadamente apenas essa parte do pronunciamento, mesmo que não sigam as demais orientações da norma. (FT)



**Educação, oportunidade e assistência social.**  
**Com isso, o CIEE ajuda a construir um Brasil mais justo.**

**Todos os meses, milhares de estagiários e aprendizes do CIEE utilizam parte de sua bolsa-auxílio para complementar a renda de suas famílias. É o CIEE contribuindo para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, prestando assistência social às famílias e colaborando com o Governo em suas bem-sucedidas ações sociais.**

Sede do CIEE: Rua Tabapuã, 540 • Itaim Bibi • São Paulo/SP • CEP 04533-001 • (11) 3046-8211 • [www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br)

# Opinião do auditor segue relevante, diz PwC

De São Paulo

Pesquisa realizada pela PwC e divulgada com exclusividade ao Valor no Brasil mostrou que, a despeito de eventuais questionamentos e dos casos de fraudes que vez por outra aparecem, os investidores ainda valorizam bastante o trabalho do auditor externo. Entre 104 investidores e analistas ouvidos, 67% discordaram da afirmativa que não faria diferença saber se um balanço era auditado ou não, dado que o próprio investidor faria sua própria avaliação dos dados.

O levantamento mostra também que 77% dos investidores provavelmente não investiriam em empresas com ressalvas no parecer de auditoria.

O estudo revelou ainda que os analistas de países emergentes dão mais importância ao relatório de auditoria. Do total, 91%

dos investidores desses mercados disseram que sempre leem o parecer do auditor, ao passo que o índice global ficou em 46% — provavelmente pela menor incidência de ressalvas.

Em relação ao nível de independência percebido pelo mercado, há uma divisão dos resultados em relação à auditoria externa e ao comitê de auditoria, órgão de assessoria dos conselhos de administração para checagem dos controles internos.

Enquanto 46% dos respondentes disseram que concordam que existe independência do auditor, apenas 26% fizeram a mesma afirmação em relação aos comitês. No Japão, que recentemente viveu o escândalo contábil da empresa de tecnologia Olympus, 83% disseram não acreditar na independência de comitês de auditoria.

A pesquisa identificou também que pouco mais de 60% dos

investidores gostariam que informações contábeis ajustadas, dados sobre remuneração de executivos e medidas específicas setoriais fossem auditadas.

Já em relação a temas como estratégia de negócio e informações sobre responsabilidade social, menos de 30% consideraram que seria necessário auditoria — embora o índice seja maior em países emergentes, que têm mais indústrias de recursos naturais.

De acordo com Richard Sexton, sócio líder global de auditoria da PwC, é possível identificar na pesquisa que os investidores estão pedindo mais informações, mas elas não precisam vir apenas da auditoria externa.

“Dentro de dois anos deve haver uma mudança no parecer do auditor, mas isso não deve ser visto como um movimento isolado. As companhias são as geradoras primárias de informação.”

O estudo mostra, por exemplo, que há interesse entre os investidores de se ter a opinião do auditor sobre itens como julgamentos contábeis da administração e medidas de resultado setoriais, como receita média por usuário (Arpu) na telefonia. De acordo com Sexton, muitos investidores presumem que esses indicadores são auditados pelo fato serem divulgados junto com os números dos balanços oficiais, quando na verdade não são.

Já em relação a temas como estratégia e modelo de negócios, os investidores entendem que devem ser apresentados pela diretoria das empresas.

Sem negar sua origem inglesa, Sexton defende que também nos temas de divulgação e de governança corporativa, assim ocorre no IFRS, o foco principal deve estar na essência, e não na forma. “Estamos muito preocupados

com a estrutura. O princípio por trás de tudo é que o investidor quer informações confiáveis e relevantes. Se isso for seguido, podemos ser menos específicos sobre quem reporta o que”, diz.

Ele diz, por exemplo, que não há nada mágico no formato dos comitês de auditoria, exigidos em países da Europa e nos Estados Unidos, mas que não são obrigatórios no Brasil. “O investidor quer que a empresa tenha conselheiros independentes focados em boa governança e que possam falar com acionistas e com os auditores. A forma que isso toma, seja num comitê oficial ou não, é menos importante.”

Para o sócio-líder de auditoria da PwC Brasil, Jorge Manoel, as próprias empresas estão preocupadas em manter a confiança. “Quem não é transparente hoje certamente acaba recebendo uma punição severa do mercado.” (FT)